**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROCURADOR GERAL**

**DA REPÚBLICA**

**LUIZ LINDBERGH FARIAS FILHO**, brasileiro, casado, Senador da República (PT/RJ), portador de cédula de identidade RG 13.449.272-7 - IFP/RJ, inscrito no CPF 690.493.514-68, com endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo II, Bloco A Ala Teotônio Vilela, Gabinete 11, CEP 70.165-900, Brasília, DF;

**GLEISI HELENA HOFFMANN**, brasileira, casada, Senadora da República (PT/PR), portadora de cédula de identidade RG nº 3996866-5 SSP/PR, inscrita no CPF sob nº 676.770.619-15, com endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Ala Teotônio Vilela, gabinete 04, CEP 70.165-900, Brasília/DF;

**HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA,** brasileiro, casado, Senador da República (PT/PE) portador da carteira de identidade RG nº 1167257, inscrito no CPF/MF 152.884.554-49, com endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 25, CEP 70.165-900, Brasília, DF;

**MARIA DE FÁTIMA BEZERRA**, Senadora da República (PT/RN), portadora de cédula de identidade RG n.º 285.404 SSP/RN, inscrita no CPF n.º 160.257.334.49, com endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo II, Bloco A Ala Teotônio Vilela, Gabinete 03, CEP 70.165-900, Brasília, DF;

**ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA**, brasileiro, casado, advogado, jornalista e Senador da República (PMDB/PR), portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 258.890-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº 056.608.909-20, com endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 18, CEP 70.165-900, Brasília, DF;

**RANDOLPH FREDERICH RODRIGUES**, brasileiro, Senador da República (Rede/AC), portador de cédula de identidade RG nº 050360 SSP/AP, inscrito no CPF 431879432-68, com endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Senado Federal Anexo II Bloco A Ala Teotônio Vilela Gabinete 07 CEP 70.165-900, Brasília, DF;

**VANESSA GRAZZIOTIN**, brasileira, casada, Senadora da República (PC do B/AM), portadora de cédula de identidade RG nº 8/R472659 SEG/SC, inscrita no CPF nº 161.146.202.91, com endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo II, Bloco A Subsolo, Ala Alexandre Costa, Gabinete 03, CEP 70.165-900, Brasília, DF;

**PAULO ROBERTO GALVÃO DA ROCHA**, brasileiro, em união estável, Senador da República (PT/PA), portador da carteira de identidade RG nº 2313776, inscrito no CPF nº 023.660.102-49, com endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Teotônio Vilela Gabinete 08, CEP 70.165-900, Brasília/DF;

**PAULO RENATO PAIM,** brasileiro, casado, Senador da República (PT/RS), portador de cédula de identidade RG nº 2587611, inscrito no CPF nº 110.629.750-49, com endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo I, 22º Andar, CEP 70.165-900, Brasília/DF;

**JORGE NEY VIANA MACEDO NEVES**, brasileiro, casado, Senador da República, portador da carteira de identidade nº 64331 SSP/AC, inscrito no CPF nº 969.804.868-53, com endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo II, Bloco B, Ala Ruy Carneiro Gabinete 01, CEP 70.165-900, Brasília/DF;

**LÍDICE DA MATA E SOUZA**, brasileira, divorciada, Senadora da República, portadora da carteira de identidade nº 01.083.952 e inscrita no CPF nº 146.720.495-15, com endereço funcional na Praça dos Três Poderes, Senado Federal Anexo II Bloco A Ala Teotônio Vilela Gabinete 15, CEP 70.165-900, Brasília/DF;

**MARIA REGINA SOUSA**, brasileira, solteira, Senadora da República, portadora da carteira de identidade nº 113867, inscrita no CPF nº 053.5473334, com endereço funcional na Praça dos Três Poderes, Senado Federal Anexo II Bloco A Térreo Ala Afonso Arinos Gabinete 06, CEP 70.165-900, Brasília/DF;

**ÂNGELA MARIA GOMES PORTELA**, brasileira, casada, Senadora da República, portadora da carteira de identidade nº 1.499.828-0 e inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas sob nº 199.653.032-15, com endereço funcional na Praça dos Três Poderes, Senado Federal Anexo II Bloco A Térreo Ala Afonso Arinos Gabinete 10, CEP 70.165-900, Brasília/DF,

**ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, brasileiro, divorciado, economista, portador da identidade civil RG n. 545093-82-SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o n. 259.055.033-20, com domicílio na SQS 311, Bloco A, apto 503, CEP 70.364-010 Brasília/DF;

**PATRUS ANANIAS DE SOUZA**, brasileiro, casado, deputado federal, advogado, servidor público e professor, portador da carteira de identidade nº: 899.329 SSP/MG, inscrito no CPF nº 174.864.406-87, com endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 720, CEP: 70.160-900, Brasília/DF,

**CARLOS ALBERTO ROLIM ZARATTINI**, brasileiro, solteiro, deputado federal, economista, portador da carteira de identidade nº 4417827-X SSP/SP, inscrito no CPF nº 003.980.998-63, com endereço residencial na Asa Norte, SQN 302, Bloco D, Apto. 504, CEP 70.7230-40, Brasília, DF

vêm, por seus advogados abaixo subscritos, com fundamento no artigo 5º, XXXIV, letra "a", e art. 129, II, III, da Constituição Federal e art. 5º, I, *h*, II, *c* e III, *b,* da Lei Complementar nº75, de 1993,

**REPRESENTAÇÃO**

para a finalidade de que o Ministério Público Federal adote as medidas necessárias a impedir a continuidade da prática de atos inconstitucionais, ilegais e lesivos ao patrimônio público por parte de **PETRÓLEO BRASILEIRO - PETROBRAS S/A**, doravante denominada **PETROBRAS**,sociedade de economia mista, sob controle da União, com prazo de duração indeterminado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 33.000.167/0001-01, sediada na Avenida República do Chile, 65, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-912, por **PEDRO PULLEN PARENTE,** brasileiro, casado, engenheiro e presidente da **Petrobras**, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 193.545, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº 059.326.371-53, que poderá ser intimado na sede da Empresa, no endereço já indicado, e, em omissão, por MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, Presidente da República, que poderá ser intimado no Palácio do Planalto, o que fazem pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

1. **OBJETO E REPRESENTADOS**

Os atos ilícitos cuja continuidade e produção de efeitos os senadores Representantes buscam impedir são de duas ordens:

1. A transferência do controle de subsidiárias integrais da Petrobras, BR Distribuidora e Nova Transportadora do Sudeste – NTS, à margem das disposições legais que regem a matéria, em verdadeira privatização “branca”.
2. A venda de outros ativos da Empresa, como a participação em campos de petróleo, em desrespeito ao dever constitucional e legal de licitar.

Por razões óbvias, a presente Representação é dirigida à investigação de atos comissivos praticados pela Petrobras e por seu presidente. A presença do Presidente da República entre os Representados tem por fundamento a omissão da referida autoridade em dar cumprimento à Lei nº 9.491, de 1997, Lei da Desestatização, que estabelece claramente a sua competência (logo, dever-poder) para conduzir os processos de privatização (desestatização) de empresas controladas direta ou indiretamente pela União, como são as subsidiárias integrais da Petrobras objeto desta Representação, as empresas NTS e BR Distribuidora.

1. **OS FATOS**
   1. **A desestatização da NTS**

Em **23 de setembro de 2016**, por meio de Fato Relevante, a Petrobras informou a aprovação da venda de participação de 90% das ações da “Nova Transportadora do Sudeste - NTS” para a *Brookfield Infrastructure* *Partners* (BIP) e suas afiliadas, através de um Fundo de Investimento em Participações (FIP), cujo valor total foi de US$ 5,19 bilhões::

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2016 – Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras informa que seu Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada ontem, a venda de 90% das ações da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) para a

*Brookfield Infrastructure Partners* (BIP) e suas afiliadas, através de um Fundo de Investimento em Participações (FIP), cujos demais cotistas são *British Columbia Investment Management Corporation* (BCIMC), *CIC Capital Corporation* (subsidiária integral da *China Investment Corporation* - CIC) e *GIC Private Limited* (GIC).

A NTS foi criada a partir de um Termo de Compromisso assinado com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no qual a Petrobras se comprometeu a reestruturar a Transportadora Associada de Gás (TAG) e suas subsidiárias integrais, de forma a criar uma carregadora de gás natural no sudeste do Brasil (NTS) e outra no Norte-Nordeste (TAG). A *Brookfield* é uma das maiores gestoras de ativos do mundo, com mais de US$ 200 bilhões sob administração e vasta experiência em ativos de infraestrutura e energia, cujo portfolio inclui empresas com mais de 14 mil km de gasodutos nos EUA, Canadá e Austrália.

Essa operação abre oportunidades para que parcerias com outras empresas, com larga experiência e condições de investimento, contribuam para o fortalecimento da indústria de gás natural no Brasil. Fomenta, ainda, novos investimentos na ampliação da infraestrutura de transporte de gás, com o objetivo de criar um modelo de desverticalização da cadeia de gás natural, desejável pelo órgão regulador (ANP), favorecendo o desenvolvimento de um ambiente competitivo, propício à entrada de novos agentes neste mercado e ao compartilhamento dos custos da infraestrutura.

O valor total da **venda de 90% da NTS** é de US$ 5,19 bilhões. A primeira parcela, correspondente a 84% do valor total (US$ 4,34 bilhões), será paga no fechamento da operação e o restante (US$ 850 milhões), em cinco anos.

A venda da NTS foi conduzida através de processo competitivo e o preço da transação foi avaliado por quatro instituições financeiras, através de três opiniões de valor justo (fairness opinion) e um relatório de avaliação (valuation report).

Esta operação tem grande relevância para o Plano de Desinvestimentos da Petrobras, correspondendo a cerca de 35% da meta de US$15,1 bilhões para o período 2015-2016. A conclusão da transação está sujeita à aprovação da Assembleia Geral da Petrobras e a determinadas condições precedentes usuais, incluindo a aprovação pelos órgãos reguladores competentes.[[1]](#footnote-1)

Como se vê, a Petrobras opera a transferência do controle de sua subsidiária integral com flagrante violação aos procedimentos fixados na Lei da Desestatização (Lei nº 9.491, de 1997), bem assim em arrepio às normas constitucionais e legais que constituem o regime jurídico das licitações.

* 1. **A desestatização da BR Distribuidora**

Em 6 de agosto de 2015, a Petrobras divulga Fato Relevante informando a abertura de capital da BR Distribuidora:

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2015 – Petróleo

Brasileiro S.A. – Petrobras informa que, nos termos da Instrução CVM 480/09, publicou no sistema da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) certidão referente à reunião do Conselho de Administração, realizada em 06 de agosto de 2015, que deliberou sobre os seguintes temas relativos à abertura de capital da Petrobras Distribuidora (BR):

(i) recomendação que a BR apresente à CVM o pedido de registro de companhia aberta, na categoria "A" e apresente à BM&FBOVESPA o pedido de autorização para negociação de valores mobiliários no segmento de Novo Mercado;

(ii) aprovação, na qualidade de ofertante, da apresentação perante a CVM, do pedido de registro de oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da BR, correspondentes a **25% de seu capital social**, e requerimento de opção de distribuição de lote suplementar (Green Shoe) e lote adicional (Hot Issue), no contexto da oferta pública;

(iii) recomendação que a BR aprove, perante a CVM, o pedido de registro de oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da BR, correspondentes a **25% de seu capital social**.

A presente comunicação não deve ser considerada como anúncio de oferta e a realização da mesma dependerá de condições favoráveis dos mercados de capitais nacional e internacional.

Fatos julgados relevantes sobre este tema serão tempestivamente comunicados ao mercado.[[2]](#footnote-2) (grifamos)

Em 22 de julho de 2016, por meio de comunicado de Fato Relevante, a Petrobrasinformou que seu Conselho de Administração aprovou **alteração do modelo de alienação de participação** em sua subsidiária Petrobras Distribuidora – BR Distribuidora[[3]](#footnote-3). Já não seria de 25% a abertura do capital, **mas de** **51% do capital votante**:

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2016 – Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras informa que seu Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada hoje, a alteração do modelo de alienação de participação em sua subsidiária Petrobras Distribuidora (BR), encerrando o **processo competitivo** em curso e iniciando uma nova modalidade de venda.

No âmbito do processo vigente, a Petrobras recebeu três propostas que, após as análises efetuadas, não atenderam aos objetivos da Companhia.

Dessa forma, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração decidiram pelo início de um novo **processo competitivo** com o objetivo de maximizar o valor do negócio de distribuição de combustíveis, atender os objetivos estratégicos da Petrobras e manter a operação integrada na cadeia do petróleo.

O novo processo buscará parceiros com os quais a Petrobras compartilhará o controle da distribuidora, numa estrutura societária que envolverá duas classes de ações – ordinárias e preferenciais – de forma que a Petrobras fique majoritária no capital total, **mas com uma participação de 49% no capital votante**. Será condição para a conclusão da transação que questões estratégicas para a Petrobras estejam adequadamente refletidas na estrutura da parceria. (destacamos)

Dessa forma, a Petrobras opera uma transferência do controle de sua subsidiária integral BR Distribuidora em absoluto descumprimento às regras que regem a matéria, tanto em sede constitucional como legislativa, o que será sobejamente demonstrado adiante.

* 1. **.Venda de outros ativos**
     1. Em 4 de Julho de 2016**,** a Petrobras informou a venda, **sem licitação**, de ativos em águas rasas nos Estados de Sergipe e Ceará:

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2016 – Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras informa que iniciou o processo de cessão dos direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural de um conjunto de campos em águas rasas, localizados nos estados do Ceará e de Sergipe. Estão sendo oferecidas 9 concessões, cuja produção média de 2015 foi de 13 mil barris diários de óleo equivalente, o que corresponde a 0,5% da produção total da companhia.

Os campos foram agrupados em polos de produção, com instalações integradas, de forma a proporcionar aos novos concessionários plenas condições de operação. São eles:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Estado | Polo | Concessões |
| SE | Sergipe | Caioba, Camorim, Dourado, Guaricema e Tatuí |
| CE | Ceará | Curimã, Espada, Atum e Xaréu |

A venda será realizada por meio de processo competitivo e a Petrobras avaliará os termos e condições das propostas que venham a ser recebidas.

A venda desses ativos faz parte da estratégia de desinvestimento da Petrobras, cujos objetivos e metas estão definidos no Plano de Negócios e Gestão 2015-2019 e, conforme práticas de mercado, estimativas de valor são consideradas informações estratégicas e não serão divulgadas antes da conclusão da operação de venda.

Fatos julgados relevantes sobre este tema serão tempestivamente comunicados.[[4]](#footnote-4)

Como se verá adiante, o “processo competitivo” por meio do qual a Petrobras realiza a alienação de ativos vultuosos e estratégicos não se compatibiliza com o regramento constitucional e legal que rege a matéria.

* + 1. Em 7 de junho de 2016**,** a Petrobras informou haver iniciado “processo competitivo” para a venda de terminais de gás Natural liquefeito e usinas termelétricas associadas a esses terminais situados no Rio de Janeiro e Ceará:

Petrobras informa que, conforme fato relevante divulgado hoje, iniciou processo competitivo para a venda dos seus terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL) no Rio de Janeiro e no Ceará, com termelétricas associadas a esses terminais. A capacidade de regaseificação é de 20 milhões de m3 por dia no terminal do Rio de Janeiro e de 7 milhões de m3 por dia no terminal do Ceará.

Até o momento, não há qualquer acordo firmado que confira segurança quanto à conclusão da transação, nem deliberação por parte da Diretoria Executiva ou do Conselho de Administração da Petrobras.

Fatos julgados relevantes sobre o tema serão

tempestivamente divulgados ao mercado.[[5]](#footnote-5)

Também aqui o “processo competitivo” a que se refere a Petrobras é um arremedo de procedimento licitatório e que, por isso, não encontra suporte na Constituição da República ou na legislação de regência, o que ficará demonstrado à frente.

* + 1. Em 29 de julho de 2016**,** a Petrobras, por meio de Fato Relevante, informou que seu Conselho de Administração aprovou a venda, **sem licitação**, da participação no bloco exploratório BM-S-8, localizado na bacia de Santos, operado com 66% de participação da própria Empresa:

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2016 – Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras informa que seu Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 28 de julho, a venda de sua participação no bloco exploratório BM-S-8, **para a Statoil Brasil Óleo e Gás LTDA**.

Esta transação é fruto de um **processo competitivo** e representa um avanço material na **parceria estratégica entre as duas empresas**, que já possuem Acordos de Cooperação com foco em desenvolvimento tecnológico na área de E&P offshore.

Esta operação faz parte da política de gestão de portfólio da Petrobras, que prioriza investimentos em ativos com maior potencial de geração de caixa no curto prazo e com maior possibilidade de otimização de capital e de ganhos de escala, devido à padronização de projetos de desenvolvimento da produção. A Petrobras tem obtido vantagens competitivas relevantes no desenvolvimento do pré-sal brasileiro, com a aplicação extensiva de projetos semelhantes e equipamentos padronizados.

O preço base negociado para a participação no BM-S-8 é de US$ 2,5 bilhões. A primeira parcela, correspondente a 50% do valor total (US$ 1,25 bilhão), será paga no fechamento da operação. O restante do valor será pago através de parcelas contingentes relacionadas a eventos subsequentes, como por exemplo a celebração do Acordo de Individualização da Produção (unitização).

O BM-S-8 está localizado na Bacia de Santos, e é atualmente operado pela Petrobras (66%) em parceria com a Petrogal Brasil S.A. (14%), Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A (10%) e Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás LTDA (10%). Neste bloco ocorreu uma descoberta no prospecto exploratório denominado **Carcará**.

Adicionalmente, a Petrobras e a Statoil estão negociando um Memorando de Entendimento, onde outras iniciativas de cooperação estratégica serão avaliadas, com o objetivo de uma atuação de longo prazo.

Esta operação abre oportunidades para que parcerias com outras empresas, com forte expertise e condições de investimento, contribuam para o fortalecimento da indústria de óleo & gás no Brasil.

A transação é parte importante do Plano de Parcerias e Desinvestimentos 2015-2016 da Petrobras e sua conclusão está sujeita a determinadas condições precedentes usuais, incluindo o direito de preferência por parte dos demais parceiros no BM-S-8 e a aprovação pelos órgãos competentes. (grifo nosso).[[6]](#footnote-6)

Evidentemente chama a atenção que a alienação da participação de um campo de petróleo no valor de US$ 2,5 bilhões seja feita sem respeito às regras constitucionais e legais que regem a matéria, mas tão somente mediante recurso a um misterioso e auto-referente “processo competitivo”, tema que será melhor desenvolvido adiante.

* + 1. Em 6 de outubro de 2016,a Petrobras comunicou a negociação com empresa de energia australiana para a venda, **sem licitação**, dos campos de Baúna e Tartaruga verde, situadas, respectivamente, nas bacias de Santos e de Campos:

Rio de Janeiro, 06 de outubro de 2016 – Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras informa que está em negociação com a empresa Karoon Gas Australia Ltd para a venda de participação nos campos de Baúna e Tartaruga Verde.

A potencial transação considera a venda de 100% de participação no campo de Baúna, localizado em lâmina d´água rasa no pós-sal da Bacia de Santos e de 50% de participação no campo de Tartaruga Verde, situado no pós-sal da Bacia de Campos, em lâmina d´água profunda, sendo que a Petrobras continuará como operadora deste campo. O campo de Baúna está em operação desde fevereiro de 2013 e produz hoje cerca de 45 mil bbl/dia. O campo de Tartaruga Verde encontra-se em estágio inicial de desenvolvimento, com investimentos relevantes ainda a serem realizados.

A Karoon Gas Australia Ltd é uma companhia de energia australiana com participação no mercado global de Óleo e Gás. Seus principais ativos estão situados na Austrália, Brasil e Peru. Atualmente, a Karoon detém 5 concessões de E&P no Brasil.

Essa transação ainda está sujeita à negociação de seus termos e condições finais e à deliberação pelos órgãos competentes da Petrobras e da Karoon, bem como à aprovação pelo CADE e ANP.

O projeto de venda dos campos de Baúna e Tartaruga Verde, **conduzido através de processo competitivo**, faz parte do Plano de

Desinvestimentos 2015-2016 da Petrobras. Fatos julgados relevantes sobre o tema serão

tempestivamente divulgados ao mercado.[[7]](#footnote-7) (destacamos)

1. **A proibição legal de desestatização da Petrobras e de suas subsidiárias integrais**

O Brasil teve dois programas de privatização recentes, no governo Fernando Collor de Mello (Lei nº 8.031, de 1990) e no governo Fernando Henrique Cardoso (Lei nº 9.491, de 1997).

A Lei 9.491/97, no governo presidente Fernando Henrique Cardoso, que alterou procedimentos do Programa Nacional de Desestatização, excluiu expressamente a Petrobras da possibilidade de privatização. É a letra da lei:

Art. 2º Poderão ser objeto de desestatização, nos termos desta Lei:

§ 2º Aplicam-se os dispositivos desta Lei, no que couber, às participações minoritárias diretas e indiretas da União no capital social de quaisquer outras sociedades **e às ações excedentes à participação acionária detida pela União representativa do mínimo necessário à manutenção do controle acionário da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás**, nos termos do [artigo 62 da Lei n° 9.478, de 06.08.97](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9478.htm#art62)[[8]](#footnote-8)

Art. 3º  Não se aplicam os dispositivos desta Lei ao Banco do Brasil S.A., à Caixa Econômica Federal, e a empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os [incisos XI](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm#art21xi) e [XXIII do art. 21](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm#art21xxiii) e a [alínea "c" do inciso I do art. 159](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm#art159ic) e o [art. 177 da Constituição Federal](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm#art177), não se aplicando a vedação aqui prevista às participações acionárias detidas por essas entidades, desde que não incida restrição legal à alienação das referidas participações.

Por isso são ilegais os atos ora praticados pelos órgãos diretivos da Petrobras dirigidos a alienar ações que impliquem na transferência do controle das subsidiárias integrais Nova Transportadora do Sudeste – NTS.

Quando se trata de uma sociedade por ações controlada pelo Estado, a desestatização dá-se pela alienação de um número de ações ordinárias suficiente para que o controle seja transferido a um ente privado. É a previsão expressa da Lei 9.491, de 1997:

Art. 2º. [...]

§ 1º Considera-se desestatização:

* 1. a alienação, pela União, de direitos que lhe assegurem, diretamente ou através de outras controladas, **preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade**;

É exatamente o que ocorre com as subsidiárias integrais objeto da presente Representação, a BR Distribuidora e Nova Transportadora do Sudeste – NTS, **as quais estão sendo desestatizadas através da transferência dos direitos que asseguram à Petrobras (controlada pela União) a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos seus administradores.**

O art. 4º da Lei da Desestatização assim regula a matéria:

Art. 4º As desestatizações serão executadas mediante as seguintes modalidades operacionais:

I - alienação de participação societária, inclusive, de controle acionario, preferencialmente mediante a pulverização de ações.

Mas, repita-se, a Lei nº 9.491, de 1997, no seu art. 2º, §2º, proíbe a desestatização da Petrobras. A vedação incide com idêntica força nas suas subsidiárias integrais, cujo capital é constituído integralmente pela Petrobras. A norma que vale para a Petrobras, vale para a suas subsidiárias integrais, por imposição lógica e conceitual.

Apenas para argumentar, imagine-se que se pudesse admitir o contrário, vale dizer, que a vedação do §2º do art. 2º da Lei 9.491, de 1997, não se aplicasse às subsidiárias integrais da Petrobras. Essa hipótese não salvaria da ilegalidade os atos de cessão do controle pela Petrobras da NTS e da BR Distribuidora. Tais atos hão de ser declarados ilegais porque realizados em desconformidade com o procedimento previsto na Lei 9491/97, como veremos a seguir.

1. **A sistemática legal da desestatização**

A desestatização de empresas **controladas** direta ou **indiretamente** pela União é regulada pela Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que estabelece o que pode ser desestatizado e fixa os respectivos procedimentos para a desestatização. O art. 2º. da Lei prevê:

“Art. 2º Poderão ser objeto de desestatização, nos termos desta Lei:

* 1. - empresas, inclusive instituições financeiras, controladas direta ou indiretamente pela União,

instituídas por lei ou ato do Poder Executivo;

[…]

A transferência do controle da NTS e da BR Distribuidora, subsidiárias integrais da Petrobras, **é desestatização**, como se depreende da letra do §1º do art. 2º da Lei:

§ 1º Considera-se desestatização:

[...]

* 1. a alienação, pela União, de direitos que lhe assegurem, diretamente ou através de outras controladas, **preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade**;

(destacamos)

Assim, ainda que, por hipótese de argumentação, considere-se que a vedação do §2º do art. 2º da Lei nº 9.491/97 somente se aplica à Petrobras, mas não às suas subsidiárias, não se poderá jamais afastar a alienação do controle da NTS e da BR Distribuidora da incidência da incidência das **regras de procedimento** estabelecidas na referida Lei da Desestatização.

Neste sentido, a desestatização de empresas controladas direta ou indiretamente pela União (art. 2º, I, da Lei nº 9.491/97) somente ocorrerá quando sua inclusão for recomendada pelo Conselho Nacional de Desestatização – CND ao Presidente da República (art. 6º, I). O Conselho Nacional de Desestatização é o órgão superior de decisão, diretamente subordinado ao Presidente da República e integrado pelos Ministros da Indústria e Comércio, Chefe da Casa Civil, da Fazenda e do Planejamento, ao qual cabe as decisões estratégicas da desestatização, inclusive fixar o preço mínimo das ações a serem alienadas (art. 30 do Decreto 2.594/98, que regulamente a Lei da Desestatização).

Incluída a empresa no Programa Nacional de Desestatização, por Decreto do Presidente da República, suas ações devem ser depositadas, no prazo improrrogável de cinco dias, no Fundo Nacional de Desestatização, que é administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, designado Gestor do Fundo (arts. 10 e 17 da Lei da Desestização). As competências do Gestor do Fundo, responsável pelo fornecimento de apoio administrativo e operacional ao funcionamento do Conselho Nacional de Desestatização, estão discriminadas no art. 18 da referida Lei.

Outrossim, a publicidade e a transparência relativas à alienação do controle acionário são garantidas no art. 11 da Lei:

“Art. 11. Para salvaguarda do conhecimento público das condições em que se processará a alienação do controle acionário da empresa, inclusive instituição financeira incluída no Programa Nacional de Desestatização, assim como de sua situação econômica, financeira e operacional, será dada ampla divulgação das informações necessárias, mediante a publicação de edital, no Diário Oficial da União e em jornais de notória circulação nacional, do qual constarão, pelo menos, os seguintes elementos:

1. justificativa da privatização, indicando o percentual do capital social da empresa a ser alienado;
2. data e ato que determinou a constituição da empresa originariamente estatal ou, se estatizada, data, ato e motivos que determinaram sua estatização;
3. passivo das sociedades de curto e de longo prazo;
4. situação econômico-financeira da sociedade, especificando lucros ou prejuízos, endividamento interno e externo, nos cinco últimos exercícios;
5. pagamento de dividendos à União ou a sociedades por essa controladas direta ou indiretamente, e aporte de recursos à conta capital, providos direta ou indiretamente pela União, nos últimos quinze anos;
6. sumário dos estudos de avaliação;
7. critério de fixação do valor de alienação, com base nos estudos de avaliação;
8. modelagem de venda e valor mínimo da participação a ser alienada;

i) a indicação, se for o caso, de que será criada ação de classe especial e os poderes nela compreendidos.”

Os artigos. 30 a 32 do Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998, que regulamenta a Lei nº 9.491/1997, dispõem sobre os procedimentos de **avaliação**, para a determinação do preço mínimo dos ativos incluídos no Programa Nacional de Desestatização para alienação, que será fixado com base em estudos destinados a indicar o valor econômico da empresa (calculado a partir da projeção do seu fluxo de caixa operacional, ajustado pelos valores dos direitos e obrigações não vinculados às suas atividades operacionais, bem como pelos valores que reflitam contingências e outros efeitos), como também outros parâmetros que venham a ser julgados necessários à fixação do valor de alienação.

A transparência e o controle do processo de desestatização são, por sua vez, assegurados no art. 22 do Decreto nº 2.594/98:

Art. 22. Os processos de desestatização serão auditados, a partir da publicação do respectivo edital, por auditor externo independente, registrado na CVM.

§ 1º Em cada processo de desestatização será feita licitação pública para a contratação de auditor externo independente.

§ 2º Ao auditor externo independente competirá verificar e atestar a lisura e a observância das regras estabelecidas no edital de alienação, prestar os demais serviços previstos no respectivo contrato e apresentar, ao final do processo, relatório que será submetido à apreciação do CND.

§ 3º O CND poderá, conforme o caso, determinar a contratação de auditor para o acompanhamento de outras fases do processo de desestatização, anteriores à publicação do edital.”

Igualmente, no art. 21, o Decreto determina que o Fundo Nacional de Desestatização será auditado por auditor externo independente, registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que será contratado mediante licitação pública promovida pelo Gestor do Fundo, o BNDES.

De igual modo, não é de importância menor a previsão de que os empregados e aposentados possam adquirir parte das ações das empresas em processo de desestatização, nos termos dos procedimentos fixados nos arts. 28 e 29 da Lei nº 9.491/1997.

Esses são os procedimentos legais da desestatização. A Petrobras, todavia, está alienando o controle de subsidiárias integrais sem respeitar o regramento estabelecido na Lei de Desestatização e no seu Decreto regulamentador. A Empresa tenta justificar-se afirmando que possui um regramento próprio, mediante o qual, na verdade, busca furtar-se do cumprimento da lei e da Constituição. Trata-se da assim denominada Sistemática de Desinvestimentos da Petrobras, de cuja ilegalidade e inconstitucionalidade trataremos agora.

Antes, porém, não é demais dizer que a venda de ativos de interesse estratégico pela Petrobras, em valores da ordem de grandeza de bilhões de dólares, à margem da Lei da Desestatização (Lei nº 9.491, de 1997) e do regramento constitucional e legal que fixa o regime jurídico das licitações, obrigatoriamente atrai para o campo de investigação do Ministério Público Federal o Senhor Presidente da República, ao qual compete impor à Administração direta e indireta o respeito à referida lei. Definitivamente, não é irrelevante para o ordenamento jurídico a omissão do Presidente da República em matéria de tamanha magnitude e importância para o interesse nacional e para o interesse público.

1. **A Sistemática de Desinvestimentos da Petrobras**

Em vista de que a Sistemática adotada pela Petrobras não é dada ao conhecimento público com a transparência que se exige de uma empresa estatal, tomaremos como referência de análise a apresentação da Empresa em audiência pública realizada na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, em 7 de julho de 2016, disponível em [http://www2.camara.leg.br/atividade](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cme/audiencias-publicas/2016/07-07-2016-venda-da-liquigas-distribuidora-s-a/apresentacoes/petrobras)-[legislativa/comissoes/comissoespermanentes/cme/audiencias-publicas/2016/07-07-2016-venda-da-liquigas-distribuidora-sa/apresentacoes/petrobras](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cme/audiencias-publicas/2016/07-07-2016-venda-da-liquigas-distribuidora-s-a/apresentacoes/petrobras) .

Segundo o que a Petrobras expôs na referida audiência pública, a Sistemática para Desinvestimentos é assim por ela justificada e constituída, em síntese:

* + - A Constituição da República somente exige lei específica para criação de estatal de primeiro grau, ou seja, diretamente controlada pela União. No caso da Petrobras, o art. 64 da Lei 9.478/97 (Lei do Petróleo) conferiu autorização genérica para a criação de subsidiárias.
    - **Sendo assim, a Petrobras possui ampla liberdade para gerir seus ativos, alienar participações societárias ou deliberar a extinção de subsidiárias – autorização contida no referido art. 64 da Lei do Petróleo.**

O art. 64 da Lei 9.478/97, do qual a Petrobras magicamente extrai poderes para alienar ativos, inclusive subsidiárias integrais, sem qualquer transparência e controle do Estado, singelamente assim dispõe:

Art. 64. Para o estrito cumprimento de atividades de seu objeto social que integrem a indústria do petróleo, fica a PETROBRÁS autorizada a constituir subsidiárias, as quais poderão associar-se, majoritária ou minoritariamente, a outras empresas.

É evidente que a autorização para constituir subsidiárias e o poder que a essas se dá para que se associem majoritária ou minoritariamente a outras empresas não oferece suporte para que a Petrobras aliene ativos sem licitação e desestatize subsidiárias em entendimentos diretos e não transparentes com empresas privadas sem observar a Lei da Desestatização.

A partir do equivocado pressuposto da Petrobras de que a ela não se aplica a Lei 9.497/91, a sua ilegal Sistemática para Desinvestimentos, sempre segundo a Empresa expôs à Câmara dos Deputados, desenvolve-se em 3 (três) fases: fase 1 – Estruturação; fase 2 – Desenvolvimento do Projeto; fase 3: Fechamento.

Na primeira fase, também denominada de Planejamento do Projeto, a Petrobras realiza a estruturação da transação e prepara o ativo para a venda. Na fase seguinte, contrata assessoria financeira com o objetivo de contribuir na prospecção e estruturação do negócio, realizar contatos com potenciais interessados, elaborar avaliação econômico etc. De acordo com a Sistemática, são utilizados três pontos de verificação do valor justo da venda: “avaliação interna, baseada na visão Petrobras do negócio; avaliação externa do assessor financeiro; avaliação externa de outras instituições financeiras *(fairness opinion)”.* Ainda segundo a apresentação da empresa o sigilo da transação é fundamental para “proteção de informações estratégicas para a Companhia”. Na última fase, havendo todas as aprovações externas pertinentes ao ativo desinvestido o negócio é fechado.

Não há como salvar tal “Sistemática” da decretação de ilegalidade, uma vez que, no que se refere às subsidiárias integrais NTS e BR Distribuidora, a transferência do seu controle, mediante venda de ações, é vedada à luz do §2º do art. 2º da Lei 9.491/97 e, se assim não fosse, haveriam ser respeitados para a sua realização os **procedimentos** estabelecidos na referida norma legal, a começar pela recomendação pelo Conselho Nacional de Desestatização ao Presidente da República de inclusão das empresas, seguindo pela edição de Decreto presidencial e pelas demais regras procedimentais nela insculpidas.

1. **VIOLAÇÃO DO DEVER DE LICITAR**

Como demonstrado, a *Sistemática para Desinvestimentos de Ativos e Empresas do Sistema Petrobras* é ilegal porque, no que concerne às suas subsidiárias integrais NTS e BR Distribuidora, a indigitada sistemática *a)* viola a vedação de desestatização inscrita no §2º do art. 2º da Lei 9.491/97 e *b)* afronta todo o *regramento procedimental* determinado na referida norma legal para a transferência do controle societário das referidas empresas.

Há, ainda, um terceiro aspecto de ilegalidade e inconstitucionalidade da mencionada Sistemática para Desinvestimentos da Petrobras, que é o de colocar-se à margem das regras constitucionais e legais regentes do **dever de licitar**, em especial o art. 21, XXI, e o art. 173, §1º, III, da Constituição da República, os arts. 2º, *caput* e §3º, 17, I e II, e 21, I, todos da Lei nº 8.666/93 e o art. 4º, §§ 3º e 4º da Lei 9.491/97.

A Petrobras vem alienando ativos, tais como direitos de exploração de campos de petróleo, sem licitação, com base no Decreto 2.745/98, que aprovou o seu Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado, que dá operacionalidade ao art. 67 da Lei do Petróleo. É com fundamento nele que a Empresa instituiu a “Sistemática”. Eis o que **previa** o referido dispositivo legal:

Art. 67. Os contratos celebrados pela PETROBRÁS, **para aquisição de bens e serviços**, serão precedidos de procedimento licitatório simplificado, a ser definido em decreto do Presidente da República.

É suficientemente óbvio que a regra do art. 67 somente é aplicável à aquisição de bens e serviços. É a letra da lei. Como se trata de uma restrição de direito (*restringe* à aquisição de bens e serviços a liberdade da Petrobras de contratar sem obediência à Lei 8.666/93) a regra não admite interpretação extensiva, como quer a Empresa, para, com isso, afastar a regência da Lei das Licitações também nas contratações que envolvam **alienação de seus bens e ativos**.

Por outro lado, embora o Supremo Tribunal Federal tenha decidido na Ação Cautelar nº 1.193-1/RJ pela constitucionalidade do Decreto nº 2.745/98 (Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petrobras) e pela consequente inaplicabilidade da Lei das Licitações, o art. 96, II, da nova Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016) expressamente revogou o art. 67 da Lei nº 8.666/93).

A escolha pela Petrobras de regras próprias para as contratações de compra e de venda de ativos, numa curiosa e ousada auto-regulamentação em matéria reservada à lei, não encontra abrigo na Constituição Federal, que determina à União a competência para legislar na matéria:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

[...]

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União,

Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1°, III.

Por afrontar o dever de licitar, que obriga a Administração pública, são, portanto, inconstitucionais e ilegais tanto a “Sistemática” como o “Regulamento”.

Tal violação da Constituição Federal e da lei não escapou à vigilância do Tribunal de Contas da União, que, em Sessão Plenária realizada em 7 de dezembro de 2016, adotou decisão cautelar em representação formulada por Seinfra Petróleo (TC 013.056/2016-6), da qual trazemos o seguinte excerto:

3. Como resultado da análise dos elementos obtidos, a unidade técnica chegou às seguintes conclusões iniciais:

a) **há vício de legalidade formal** na sistemática, isto que se fundamenta em decreto (Decreto 2.745/1998), que não é instrumento hábil para inovar em matéria licitatória (consoante arts. 37, inciso XXI, e 173, § 1º inciso III, da Constituição Federal, que reservaram à lei, stricto sensu, disciplinamento dos procedimentos licitatórios efetuados pela Administração Pública;

1. **há vício legalidade material** do chamado “processo competitivo” para alienação de empresas, ante à ilegitimidade de o Decreto 2.745/1998 tratar de alienações, pois o art. 67 da Lei 9.478/1997, que o fundamentava, tratava de procedimento licitatório simplificado para a aquisição de bens e serviços, **e não para as alienações**,
2. caracterizou-se inovação indevida na forma de conduzir a licitação, **em violação ao princípio da legalidade**, em razão da adoção de modalidade inspirada no convite do Decreto 2.745/1998, **utilizando-se, contudo, procedimentos contrários aos princípios da Administração Pública** (“a falta de transparência do ‘processo competitivo’; a possibilidade de escolha do Assessor Financeiro sem consulta ao mercado; a possibilidade de escolha dos potenciais compradores, em um processo sigiloso, e a discricionariedade conferida ao gestor para a escolha desses potenciais compradores; a possibilidade de restrição do número de participantes de forma arbitrária; a permissão para alteração do objeto alienado a qualquer momento, mesmo em etapas avançadas de negociação, sem dar oportunidades iguais aos licitantes de se manifestarem sobre as alterações promovidas no objeto; e a não condução à deliberação de órgãos diretivos de parcela considerável de atos relacionados à venda”)

4. Diante disso, concluiu que “os riscos associados aos procedimentos da Sistemática podem implicar consequências indesejadas ao processo de desinvestimento, macular as diretrizes fundamentais do procedimento licitatório, **além de**

**potencializar os riscos de ocorrência de atos ilícitos, como o direcionamento e o ajuste de preços das vendas**”. (grifos nossos)

Assim também vem entendendo o Poder Judiciário, como é o caso de recente concessão de liminar pelo Juiz da 1ª Vara da Justiça Federal de Sergipe, determinando a suspensão da venda, **sem licitação**, de 100% (cem por cento) do campo de petróleo de Baúna, de cuja decisão extraímos o seguinte trecho:

*“Em verdade, a Petrobras criou, administrativamente (sem*

*escora legal), uma nova modalidade de licitação. Mais que isso, numa análise perfunctória, própria deste momento processual, esse procedimento licitatório "atípico", denominado "Sistemática para*

*Desinvestimentos", não parece se compatibilizar com os princípios*

*constitucionais regentes da Administração Pública, cabendo, aqui,*

*especificamente, acentuar a preocupação com o mecanismo de*

*composição do preço de referência e com as dificuldades impostas*

*ao controle, ante o caráter sigiloso que expressivamente marca*

*várias de suas fases.”* (Processo 0804982-97.2016.4.05.8500, decisão anexa)

Também o Superior Tribunal de Justiça, em decisão da lavra do Ministro Humberto Martins, Vice-Presidente quando no exercício da Presidência, inquina de ilegalidade, ainda que em sede de provimento cautelar, a não submissão da Petrobras ao regime jurídico que rege a alienação de bens pela Administração Pública. Diz o Ministro:

“Assim, a grande questão está relacionada com o regime jurídico aplicável à alienação de ativos da sociedade de economia mista, no caso concreto. Parece evidente que a adaptação de regras do **regime de aquisição de bens e serviços** não é suficiente para tanto.” (Suspensão de Liminar e de Sentença nº 2.238-SE, com grifo nosso)

1. **Paraty 1, Paraty 3, Ópera, Portfólio 1 e Sabará**

Na mesma situação de inconstitucionalidade e ilegalidade encontram-se os projetos de desinvestimento (alienação) da participação da Petrobras nos campos de **Paraty 1, Paraty 3, Ópera, Portfólio 1 e Sabará**, com a única diferença de que os processos de venda desses campos está em fase adiantada, como reconhece o Tribunal de Contas da União na palavra do Ministro José Mucio: *“mesmo tendo verificado impropriedades, o presente pronunciamento desta Corte está ocorrendo quando já foram realizadas 27 operações e estão muito próximos de se concretizarem os referidos cinco negócios...”*. (relatório no processo TC 013.056/2016-6)

Evidentemente, o fato de se encontrarem próximos de se concretizar não é razão para que não sejam tais negócios ilegais suspensos em favor do interesse público, da moralidade administrativa e da segurança jurídica.

1. **O risco**

Outrossim, é de ser ressaltado que não se pode justificar o descumprimento da legislação vigente por suposta demanda emergencial para se alienar ativos da Empresa em prol da reestruturação de seu caixa, uma vez que o cumprimento da lei e dos princípios que regem a administração pública, antes de tudo fortalecem os negócios da empresa, não se constituindo em amarra intransponível à venda de seus ativos, mas, antes, em elemento de segurança para que a mesma ocorra de forma adequada ao interesse público.

Vale ter-se em conta que é a continuidade de procedimentos de alienação de ativos em arrepio ao regramento constitucional e legal pertinente que incorpora um alto risco para a Empresa e para o patrimônio público, uma vez que tais vendas, porque ilegais, serão certamente anuladas. É a letra do art 23 da Lei nº 9.491, de 1997, a Lei da Desestatização:

“Art. 23. Será nula de pleno direito a venda, a subscrição ou a transferência de ações que

impliquem infringência desta Lei.”

Por isso, diante da relevância da matéria, a adoção de providências urgentes pelo Ministério Público Federal, são absolutamente necessárias e compatíveis com a proteção dos interesses coletivos envolvidos, não havendo que se falar na inviabilização do Plano de Negócios e Administração 2017-2021, uma vez que tem sua duração fixada para os próximos cinco anos.

1. **O PEDIDO**

Ante o exposto, os parlamentares ora Representantes requerem que o Ministério Público Federal:

1. adote as medidas necessárias e aptas à suspensão imediata e posterior anulação dos atos ilícitos do processo de desestatização da Nova Transportadora do Sudeste – NTS;
2. adote as medidas necessárias e aptas à suspensão imediata e posterior anulação dos atos ilícitos do processo de venda de ações que resultará na redução do capital votante da Petrobras para 49% das subsidiárias BR Distribuidora – que também se caracteriza formalmente como desestatização;
3. adote as medidas necessárias e aptas à suspensão imediata e posterior anulação dos atos ilícitos do processo assim dos atos de alienação ilegal de ativos, como os mencionados no corpo da presente representação;
4. apure e quantifique os prejuízos ao patrimônio público e promova a responsabilização cível e penal correspondente.

Pedem deferimento.

Brasília, 22 de fevereiro de 2017

SAMUEL GOMES DOS SANTOS

OAB/PR n.º 15121

GABRIEL DE CARVALHO SAMPAIO

OAB/SP nº 252.259

BRENO BERGSON SANTOS

OAB/SE 4.403

# ROMEU OLMAR KLICH

# OAB/DF n.º 49.056

1. Disponivel em: [http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/fatorelevante-aprovacao-da-venda-de-participacao-na-nova-transportadora-do-sudeste](http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/fato-relevante-aprovacao-da-venda-de-participacao-na-nova-transportadora-do-sudeste)  [↑](#footnote-ref-1)
2. Disponível em: [http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/fatorelevante-informacoes-complementares-sobre-abertura-de-capital-da-petrobras-distribuidora](http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/fato-relevante-informacoes-complementares-sobre-abertura-de-capital-da-petrobras-distribuidora)  [↑](#footnote-ref-2)
3. Disponível em: [http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/fatorelevante-alteracao-do-modelo-de-venda-da-petrobras-distribuidora-br](http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/fato-relevante-alteracao-do-modelo-de-venda-da-petrobras-distribuidora-br)  [↑](#footnote-ref-3)
4. Disponível em: [http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/fatorelevante-venda-de-ativos-em-aguas-rasas](http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/fato-relevante-venda-de-ativos-em-aguas-rasas)  [↑](#footnote-ref-4)
5. Disponível em: [http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatosrelevantes/esclarecimento-sobre-noticias-venda-de-terminais-de-gnl-e-usinas-termeletricas](http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/esclarecimento-sobre-noticias-venda-de-terminais-de-gnl-e-usinas-termeletricas)  [↑](#footnote-ref-5)
6. Disponível em: [http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/fatorelevante-venda-de-participacao-no-bloco-exploratorio-bm-s-8](http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/fato-relevante-venda-de-participacao-no-bloco-exploratorio-bm-s-8)  [↑](#footnote-ref-6)
7. Disponível em: [http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/fatorelevante-venda-dos-campos-de-bauna-e-tartaruga-verde](http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/fato-relevante-venda-dos-campos-de-bauna-e-tartaruga-verde)  [↑](#footnote-ref-7)
8. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. [↑](#footnote-ref-8)